

Guerreiro derrotou as multinacionais

BRASILIA (SUCURSAL) — O grande vencedor da batalha da nacionalização das riquezas minerais é um parlamentar até então pouco conhecido, o deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), único geólogo da Constituinte, professor da Universidade Federal do Pará e especialista em Economia Mineral. Foi Guerreiro quem sustentou, da tribuna, a necessidade de manter sob controle nacional o setor de mineração, que movimenta muitos bilhões de dólares/ano e é fundamental para o futuro do País.

Descendente de índios, Gabriel Guerreiro é considerado um dos maiores especialistas em minérios da Amazônia, tendo trabalhado na equipe pioneira do lendário geólogo Breno Augusto dos Santos, que no início da década de 60 descobriu Carajás. Quando Guerreiro subiu à tribuna para defender que a mineração pagasse impostos aos Estados e não à União, o deputado Delfim Netto colocou a mão na cabeça, preocupado. Tudo estava indo bem, segundo Delfim. Mas a partir daí a coisa mudou completamente. Guerreiro deu um

UH — Uma coisa que me impressionou muito nessas suas declarações frequentes é que o Brasil ainda não conhece suas riquezas minerais. Certa vez você disse que o próprio Projeto Carajás, da Vale do Rio Doce, ainda não é suficientemente conhecido.

Guerreiro — A Vale não conhece 30% do potencial de Carajás, pois não se fez pesquisa além do que foi descoberto. É uma pesquisa que carece de aprofundamento. Por exemplo: há várias anomalias de cobre em Carajás e ocorrências de ouro que também não foram pesquisadas. Imagine se fosse feito um levantamento geofísico e geológico, detalhado e mapeado, se toda a área fosse palmeada por geólogos? Para lhe dar uma idéia, toda a Europa está mapeada, geologicamente, e não temos nem cinco por cento da Amazônia com levantamento precário.

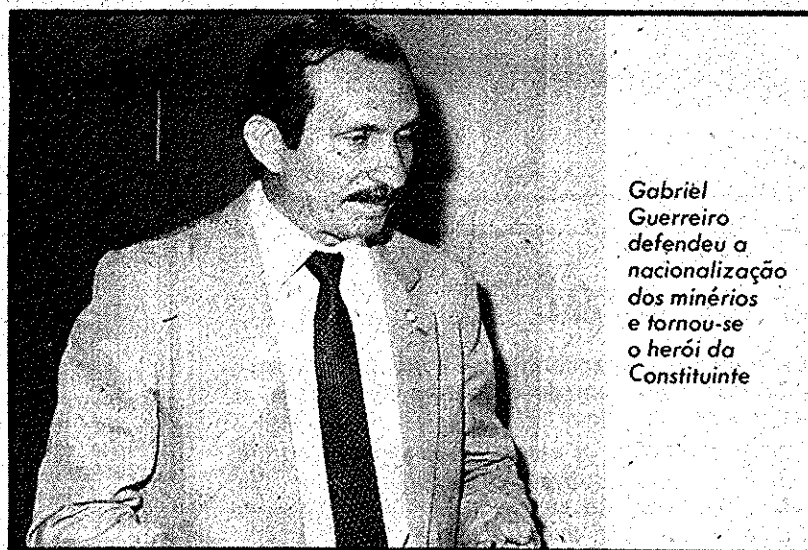
UH — Isso é muito importante, porque eu vejo muitas declarações que as reservas indígenas têm sido instaladas em áreas de ocorrência de minérios. Até que ponto isso é verdade, até que ponto isso é um folclore, ou até que ponto isso é um pouco verdade?

Guerreiro — Olha, sobre a questão das áreas indígenas, me parece natural que elas estejam localizadas nas áreas onde há minérios, porque o homem branco penetrou pelo rio Amazonas, que é a parte sedimentar mais recente, e o índio foi expulso para os afluentes. Foram subindo os rios e acabaram se localizando nas áreas mais promissoras, geologicamente falando. Eu nasci no interior do Amazonas, à beira de um lago, onde tem um lugar chamado Gonori. É uma área onde deve ter existido uma grande maloca de índios, porque há uma quantidade enorme de cerâmica e de objetos, flexais enormes etc. Quando já era geólogo, subi pelo rio Cachorro e me dei conta de que o chefe de uma tribo que havia sido removida de lá se chamava Gonori. Esta é a dedução do que eu pude levantar, mas é só para lhe citar um exemplo de que tem ainda coisa perdida na história do próprio índio, que foi entrando

CARLOS NEWTON
Diretor-Editorial

baile em Ricardo Fiúza (PFL-PE), que defendia tese contrária, e empolgou o plenário.

Na semana seguinte, quando entrou em debate a nacionalização dos minérios, o fato se repetiu. Discursando com seu jeito contundente e demonstrando extraordinário conhecimento de causa, Guerreiro mostrou ao plenário o que significa ser brasileiro, defendendo a soberania do País sem xenofobia, mas sempre em função dos interesses nacionais. Foi assim que a Constituinte aprovou a nacionalização do setor mineral. Se nada tivesse sido feito, apenas a iniciativa de nacionalizar a mineração já teria valido a pena convocar a Constituinte, segundo Gabriel Guerreiro, que hoje não é mais um parlamentar como os outros, pois tornou-se o brasileiro que derrotou as multinacionais, em debate franco e aberto, apenas com a força da opinião.



Gabriel Guerreiro defendeu a nacionalização dos minérios e tornou-se o herói da Constituinte

pela mata para fugir do homem branco.

Então, minha preocupação com os índios é enorme. Eu invoco sempre testemunhas de alguns amigos meus, com quem eu convivi longamente, como é o caso do dr. Breno Augusto dos Santos, da Docegeo, a preocupação que nós tínhamos quando fomos trabalhar na Serra dos Carajás. A preocupação com os ianomani, quando fomos trabalhar na Serra dos Surucucus, foi tanta que nós acabamos inviabilizando o projeto lá, e voltamos, para não ter agressões aos índios. Lá os índios eram extremamente atrasados. É difícil controlar os empregados das mineradoras e sobretudo os garimpeiros. Então acabamos propondo à Vale do Rio Doce, que não houvesse mineração na reserva ianomani. Foi o Breno Augusto dos Santos que propôs. Éramos um grupo em que discutíamos e democraticamente decidíamos as coisas, ele foi um chefe fantástico, um amigo.

UH — E a nacionalização do minério, por que é tão importante?

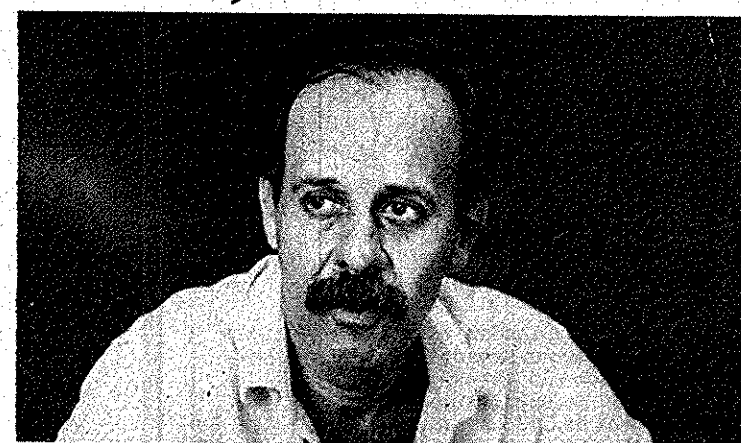
Guerreiro — Minha preocupação é que se tente inviabilizar a mineração na Amazônia ou talvez até se tente prejudicar a mineração no Brasil. Acho isso temível, porque esse País tem que ter supri-

mentos, e os bens minerais são algo de maior relevância para a Nação. É uma irresponsabilidade não se conhecer o subsolo brasileiro e não fortalecer a mineração. A importação de bens minerais chega a 70% neste País. É por isso que já briguei muito pela nacionalização completa do subsolo nacional, e acho que a mineração deve ser levada à comunidade brasileira como algo de muita importância. Embora cause alguns problemas ao meio ambiente, o que pode ser corrigido. Mas não podemos abrir mão da mineração, porque ela é fundamental para nós. Existe uma questão que se coloca: a mineração paga pouco imposto e representa muito pouco para o PIB, apenas 1,5%. Mas você se esquece de que, na primeira virada que dá, ou seja na metalúrgica e na siderúrgica, já passa a representar mais de 20% da economia brasileira hoje. O produto mineral, aliás, representa 4% do PIB dos Estados Unidos, engloba 41% da economia americana no efeito multiplicador. Então, é uma responsabilidade enorme nós cuidarmos disso. Eu diria que esse País tem que repensar a questão mineral, porque ela é estratégica para nós, e eu, como político e como técnico, me sinto na responsabilidade de esclarecer esses fatos.

Nacionalizar os minérios é fundamental, diz Ramos

— O Brasil, agora, através da Constituinte, provou um esforço e deu um passo significativo para a libertação nacional — esta foi a afirmação do deputado federal Paulo Ramos, diante da aprovação, na Constituinte, da nacionalização das jazidas e das reservas minerais e da proibição dos contratos de risco para a prospecção de petróleo.

O deputado considera que a vitória do Brasil contra as multinacionais evidenciou que os empresários estrangeiros só querem explorar os recursos do País e o povo. Para ele, a Assembleia Nacional Constituinte deu uma "veemente resposta" aos líderes do Centrão que — segundo Paulo Ramos — demonstraram que o verdadeiro objetivo do capital estrangeiro é fazer que a dívida externa do Brasil cresça cada vez mais para impedir, dessa maneira, que a Nação possa se auto-afirmar como País. "É uma forma de colonização que começa a partir de agora a ter fim, porque a dívida externa foi a nova fórmula que o capital estrangeiro encontrou para man-



Paulo Ramos explica a importância da nacionalização

ter a dependência do Brasil na América Latina", afirmou.

Vários brasileiros deram a vida pela independência do Brasil e os constituintes também poderiam, pela livre manifestação da consciência através do voto, contribuir para sua independência econômica — lembrou o deputado, acrescentando que, mesmo assim, "alguns parlamentares movidos por compromissos in-

compreensíveis e injustificáveis, não corresponderam às expectativas do povo brasileiro."

Paulo Ramos foi taxativo ao afirmar ser necessário que o povo procure se informar a respeito dos constituintes que votaram contra a independência do Brasil, daquelas que — segundo ele — queriam transformar o País, novamente, em Brasil-Colônia. "Esses parlamentares não merecem a confiança do povo brasileiro", concluiu.

Dirigente de mineradora acha que foi erro

Belo Horizonte — O presidente da Mineradora Samitri e presidente do Conselho de Administração da Mineradora Samarco, Cyro Cunha Melo, confessou-se "decepcionado" com a decisão da Constituinte de nacionalizar a exploração dos recursos minerais do País. Ele acredita que a medida não atenda aos interesses do País e nem da população, além de "proteger certo cartorialismo de forma dissimulada".

Cunha Melo fez questão de frisar que não está preocupado com a Samitri, de capital nacional, mas com a participação do capital estrangeiro em associação com o nacional. Deu como exemplo o projeto em Mariana (MG) que construiu o complexo de mineração de minério de baixo teor de ferro, concentração, transporte, minerodutos (de Mariana, Minas, até a costa do Espírito Santo por 400 quilômetros), o complexo de pelotização e um porto para navios de até 150 mil toneladas. "Esse projeto não seria possível, se não contássemos com a associação da Utah, dos Estados Unidos, e BHP, da Austrália", frisou.

Inconsolável, Delfim critica até militares

São Paulo — Não se pode fazer uma Constituição simplesmente com o coração. A Constituição tem que ser feita com a razão, voltada para o interesse da Nação e não para os interesses de grupinhos e de grupelhos — desabafou, em São Paulo, o constituinte Delfim Netto (PDS/SP). O deputado denunciou a engrenagem que foi montada em Brasília para servir de apoio ao "lobby" dos interessados em afastar do País os investimentos estrangeiros.

"Foi um conluio" — disse o deputado, ao criticar inclusive os membros do Conselho de Segurança, que "pensam que detêm o monopólio do patriotismo".

Delfim Netto afirmou: "O que está acontecendo na Constituinte é uma coisa terrível". E depois, para efeito de exemplificação, comparou o constituinte que bate no peito e diz: "Eu sou patriota" com o hábito de um cachorro que procura um poste para fazer o xixi". Segundo Delfim, tanto o parlamentar desse tipo, como o cachorrinho buscam seu espaço: "Cada grupo foi lá e fez o seu xixi

num poste e saiu gritando: "Este poste é meu". Como ex-ministro da área econômica por várias vezes, conhecedor profundo dos problemas nacionais e constituinte atuante, Delfim Netto lembrou a existência de muitas empresas de capital estrangeiro no Brasil que estão produzindo até para exportação. "Pela nova Constituição que deverá ser sancionada, essas empresas não poderiam mais vender seus produtos, por exemplo, para o Governo. Por isso, elas terão que forçosamente encontrar um brasileiro para atuar como cabeça de ponte" para poder vender ao Governo.

"Montou-se um sistema de favorecimento ao intermediário que vai acabar desembocando na pica-retagem: as empresas vendem para o intermediário por 100 e este repassa para o Governo por 150 e quem acaba pagando é o povo" — acrescentou o deputado. Delfim foi além, dizendo que foi montado um verdadeiro cartório para beneficiar os revendedores, os intermediários, mas "ninguém pensou que quem vai pagar o aumento de custo é o consumidor".